

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



MULHERES NEGRAS E MERCADO DE TRABALHO: discriminação racial no mundo profissional

Ana Clara Guedes Silva¹
Fernanda Marques de Queiroz²
Hanna Héli da Oliveira Silva³
Maria Ilidiana Diniz⁴

RESUMO

O presente artigo discute as repercussões que o racismo estrutural articulado às relações patriarcais de gênero e classe têm sobre a vida das mulheres negras no âmbito do trabalho. O mesmo construiu-se mediante revisão bibliográfica a partir da leitura de Almeida, Saffioti, González, Federici, Hirata, Davis e Kergoat, que se debruçaram sobre a condição das mulheres negras em uma sociedade atravessada por relações de poder de sexo, raça e classe. Realizamos ainda, uma análise documental de dados extraídos da PNAD/IBGE e sites não governamentais, que nos permitiram recuperar uma gama de informações atualizadas, acerca da divisão sexual do trabalho, das condições de acesso, formalização e rendimento das mulheres nesta esfera. Especialmente no referido âmbito, os desafios asseguram o legado da escravidão que perpetua as desigualdades sociais em detrimento dos/as negros/as, uma vez que são eles/as que estão em subempregos, trabalhos precarizados, informais, com pouco reconhecimento social, baixos salários, e/ou desempregados/as.

Palavras-Chave: Trabalho. Mulheres. Patriarcado. Raça. Classe.

ABSTRACT

This article discusses the repercussions that structural racism articulated with patriarchal gender and class relations have on the lives of black women in the workplace. The Work was built through a bibliographic review undertaken from the reading of Almeida, Saffioti, González, Federici, Hirata, Davis and Kergoat, who focused on the condition of black women in a society crossed by power relations of sex, race and class. We also carried out a document analysis of data extracted from PNAD/IBGE and non-governmental websites, which allowed us to recover a range of updated information about the sexual division of labor, conditions of access, formalization and income of

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Graduanda de Serviço Social e Pesquisadora de Iniciação Científica - CNPQ; claraguedes@alu.uern.br.

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); professora doutora da Faculdade de Serviço Social; fernandamarquesdequeiroz@gmail.com

³ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Graduanda em Letras Língua Inglesa, Pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Graduanda do 5º período de Serviço Social – UERN e Pesquisadora de Iniciação Científica - CNPQ; hannasilva@alu.uern.br

⁴ Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Professora doutora do curso de Licenciatura em Educação do Campo; maria.diniz@ufersa.edu.br

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



women in this sphere. Especially in that context, the challenges ensure the legacy of slavery that perpetuates social inequalities to the detriment of black people, since they are the ones who are underemployed, precarious, informal jobs, with little social recognition, low wages, and/or unemployed.

Keywords: Work. Women. Patriarchy. Race. Class.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca refletir acerca da imbricação entre racismo estrutural, classe e relações patriarcais de gênero e suas repercussões na vida das mulheres negras na esfera do trabalho. Para tal, nos pautamos na coleta e análise de dados extraídos da PNAD/IBGE e de sites de organizações não governamentais com recorte temporal entre 2019 a 2022.

A análise das desigualdades sociais abarca necessariamente a compreensão do processo de estratificação social e seus mecanismos de produção e reprodução. Assim sendo, as dimensões de raça, classe e gênero se configuram como marcadores sociais chave na hierarquização das posições que os sujeitos ocupam nessa estratificação. É nesse sentido que as desvantagens historicamente observadas penetram a estrutura de classes de modo a atualizar discriminações e manter “segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas”. (GONZÁLEZ, 1988, p. 73).

A condição de vulnerabilidade social das mulheres negras, aqui compreendida como um conjunto de indicadores que expressam posições desvantajosas de acesso a direitos sociais fundamentais, os quais expõem mais frequentemente a parcela da população negra e feminina a trabalhos precarizados e de baixos status social, remonta ao período escravista e ao processo de substituição da força de trabalho escravizada pela assalariada. A formação social, política e econômica do Brasil se alicerça em um processo excludente de emergência de uma sociedade de classes baseada na ideologia patriarcal e racista que norteou princípios fundamentais para a elaboração das normas e leis.

A configuração do mercado de trabalho pós-abolição colocou as pessoas negras em ofícios rejeitados pelos brancos, numa condição de permanente

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



subalternidade, restritos a atividades braçais de baixa complexidade intelectual. Paralelamente, abriram-se as fronteiras para a entrada de imigrantes europeus, considerados mais competentes e confiáveis, sendo alçados a posições superiores na hierarquia laboral.

As mulheres negras sofriam dupla discriminação, pela cor da pele num país dominado pelo racismo e pelo fato de serem mulheres numa sociedade assentada em forte cultura patriarcal, restando-lhes como opção de trabalho, atividades domésticas em casas de família, com sua renda sendo muitas vezes a principal, quando não única, fonte de renda familiar, considerando que os homens negros, em muitos casos, viam-se preteridos aos imigrantes europeus brancos (DAVIS, 2016). Desde então, arrasta-se a marginalização da população negra, em todos os setores da sociedade, em especial de mulheres negras.

2 A IMBRICAÇÃO ENTRE AS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

A sociedade brasileira se erigiu sobre sólidos pilares, onde prevalecem o racismo, o patriarcado e as classes. Dessa forma, para compreendermos os reflexos desses sistemas sobre a vida das mulheres negras na realidade brasileira, é fundamental que abordemos esse tripé mesmo que de maneira sucinta.

Partiremos da concepção de Saffioti (2004) que compreende o patriarcado como uma relação desigual e hierárquica onde se concedem direitos e dominação dos homens sobre as mulheres. A autora pontua ainda que, a sociedade é impregnada por essa ideologia e, dentro dessa ordem, o gênero exerce poder, portanto, tem na figura do homem, branco e heterossexual a efígie de soberania. Acrescemos ainda a dimensão de classe como fator de dominação da sociedade e da constituição dessa como um todo. Saffioti (1993) nos evidencia, as dimensões de raça, classe e gênero como constituidores do sujeito, afastando-se da perspectiva de singularidade do indivíduo enquanto ser social, sendo, portanto, múltiplo e contraditório, mas não fragmentado, ou seja, raça-classe-gênero não são categorias autônomas e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



separadas da vida, são na realidade, “as três identidades sociais básicas, simbiotizam-se, na medida em que se constroem no contexto histórico do nó” (SAFFIOTI, 1997, p.69).

É pertinente que mencionemos que o nó, ou novelo, como denomina a autora, é composto por três categorias construídas de forma sócio-histórica e dessemelhantes, mas, sobretudo, tratar-se-ão de sistemas de exploração e dominação que baseia-se no gênero, na raça e na classe.

Se pensarmos acerca da constituição sócio-histórica do Brasil, sendo um dos últimos países a abolir a escravidão, até os dias atuais, veremos que o racismo é uma marca e flagelo ainda bastante recorrente. A sociedade colonizadora, bem como a que se constituiu posteriormente “acomodou-se” a exploração dos povos não brancos, sendo em primeiro momento um massacre dos povos originários e posteriormente a exploração desenfreada dos/as escravizados/as, que arrancados/as a força de sua terra natal foram trazidos/as para servir aos senhores brancos em terras brasileiras.

Encoberto pelo mito da democracia racial, o racismo brasileiro é, como bem pontua Lélia Gonzales (1984) “vergonha para si mesmo” e de acordo com Almeida (2019, p.22) trata-se de uma: “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”.

Compreendemos que o racismo tem caráter sistêmico, não apresenta-se unicamente como um ou vários atos de discriminação, mas privilégio e subalternidade, se diferem e distribuem de acordo com a raça a qual pertença determinado indivíduo, e estes se reproduzem nos vários âmbitos da vida (político, econômico, social educação, saúde, dentre outros). Ainda segundo Almeida (2019), o racismo está relacionado com a segregação racial, que trata-se da divisão espacial de raças em localidades específicas. Tal afirmação responde a indagação feita por Gonzáles (1984, p.238) “Por que será que se tem “o preconceito de não ter

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados?”.

Em uma sociedade que ao longo de 388 anos teve sua economia e mão de obra atrelada ao trabalho escravagista, tem-se o racismo tão profundamente enraizado que se apresenta das mais variadas formas e nos mais variados âmbitos da vida, instituindo-se o racismo estrutural que, de maneira simplificada, podemos conceituar como a discriminação racial sistêmica que se apresentam nas estruturas de determinada sociedade, perpetua-se socio e culturalmente e contribui para a proliferação das desigualdades.

Almeida (2019) ao trazer essa discussão afirma que o racismo é algo do cotidiano social, sendo um dos princípios estruturantes, portanto, constituindo as relações jurídicas, políticas, econômicas e sociais. O racismo acaba por criar as condições sociais para que de forma direta ou indireta os indivíduos sejam discriminados sistematicamente, para além de um ato isolado mas algo difundido e quase imperceptível que fundamenta a sociedade. Destacando assim que é: “É uma relação social, o que significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos.” (ALMEIDA, 2019, p.34)

Sendo raça e gênero tão fortes em nossa sociedade, são, portanto, fatores determinantes das classes dominantes e dessa forma é impossível dissociar a análise do que Saffioti (2011) chamou de nó imbricado. Dessa forma, como bem destacado por Silveira e Costa (2012, n.p)

[...]o sexo feminino é o principal afetado pelas três contradições fundamentais que embasam a sociedade. A mulher é, primeiramente, discriminada por ser mulher, como se essa condição a tornasse incapaz, incompleta ou falha. Se não pertencer à cor branca, sofrerá ainda mais preconceito. A herança histórica do escravismo ainda é dominante em uma sociedade onde a cor da pele, muitas vezes, vira sinônimo de caráter. Da mesma forma, a mulher pertencente às classes mais baixas da sociedade é ainda menos valorizada como mulher, mais discriminada se for negra, e igualmente excluída pelo seu baixo poder aquisitivo.

PROMOÇÃO



APOIO



Neste sentido, as mulheres negras têm enfrentado grandes desafios para se inserirem no mercado formal de trabalho.

Esses desafios estão intrinsecamente ligados a questões histórico-culturais, normas sociais e *background* socioeconômico. Esses entraves se materializam na baixa taxa de participação desse grupo demográfico no mercado de trabalho, o que torna essa realidade mais crítica porque aglutina as desvantagens associadas às desigualdades de gênero e de raça. (FEIJÓ, 2022, p. 01)

A mulher negra tem maior participação na População em Idade Ativa (PIA), sendo 28,3%, entretanto é a menor taxa de participação no mercado de trabalho com apenas 51,5% inseridas no mercado de trabalho ou ocupada, o que as leva a se inserirem nos postos de trabalho informal⁵.

Em pesquisa realizada pelo DIEESE em 2022, o índice geral de desemprego é de 9,3%. Entretanto, a porcentagem de mulheres negras desempregadas é maior do que o índice geral nacional com uma porcentagem de 13,9%, onde para homens brancos e mulheres brancas é menor do que esse mesmo índice, marcando uma porcentagem de 6,1% para homens não negros e 8,9% para mulheres não negras. Desde 2019 as mulheres negras lideram o *ranking* de desemprego, estando sempre acima da média nacional.

03 A INSERÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA ESFERA DO TRABALHO

Para iniciarmos a discussão, é preciso destacar que “a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” SAFFIOTI (1976, p. 32). Nesse sentido abordaremos o trabalho realizado pelas mulheres negras, especificamente os

⁵ No início de 2021, 22,1% dessas mulheres estavam desempregadas, mais que o dobro do registrado entre os homens brancos, onde somente 10% deles estavam desempregados. Em 2022 a taxa de desemprego entre as mulheres negras caiu, mas ainda continua sendo um dado alarmante, com 16,3% o que continua sendo um abismo de distanciamento entre os demais grupos demográficos, segundo dados da pesquisa publicada pela FGV em 2022.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



aspectos da divisão sexual e racial do trabalho, a remuneração, a informalidade e os diversos tipos de assédio sofridos no âmbito do trabalho.

3.1 Divisão sexual e racial do trabalho

Desde que se tem notícia e principalmente em uma sociedade que se fundamentou sobre o pilar patriarcal e sexista, atribuiu-se como funções de mulher os afazeres domésticos e os cuidados com o outro, seja este familiar ou não, mas o certo é que enquanto mulheres, carregamos essa “marca” desde muito jovens, acreditando sempre que é de nossa “natureza” tais papéis. Entretanto, como bem pontua Federici (2019, p.43) não há naturalidade em ser dona de casa “tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamentos diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a filha para este papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida”.

Em consonância com essa perspectiva, Cisne (2012, p.110) destaca ainda que, “A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas, também, desigual, levando muitas mulheres a serem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos”. Tal pensamento que nos é passado de geração após geração nos leva a aceitar, muitas vezes sem questionar, “nosso lugar de atuação”, objetivando, desde a infância, atender a perspectiva socialmente construída do que é ser uma “mulher de verdade” e de como agir para alcançar tal propósito.

Diante do mencionado se faz necessário compreendermos o que seria essa divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007, p. 599) apontam que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos;[...] é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

PROMOÇÃO



APOIO



As autoras acrescentam ainda, que essa divisão se constrói por meio de dois princípios e que estes precisam ser distinguidos. Sendo estes “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.599). Tais princípios são válidos a todas as sociedades e são aplicados mediante a legitimação da ideologia naturalista que “rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie”⁶.

A divisão sexual do trabalho, pode, portanto, ser compreendida como uma ferramenta de manutenção de exploração e dominação por meio da naturalização e da obrigatoriedade do trabalho doméstico, tornando-o invisibilizado, reforçando o modelo patriarcal-racista.

A PNAD contínua (2019), acrescenta ainda que no ano de 2019, 146,7 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 14 anos, realizaram atividades domésticas em sua própria residência ou na residência de parentes. Enquanto 92,1% das mulheres realizaram alguma atividade doméstica, esse número reduz para 78,6% entre os homens. A pesquisa acrescenta ainda que no ano de 2019, afazeres relacionados à limpeza, cuidados com roupas, sapatos e domicílio estavam muito centrados na mulher, enquanto ao homem atribuía-se os pequenos reparos. No que diz respeito a esses dados, observamos que este trabalho “[...] foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina” (FEDERICI, 2019, p.4 *apud* ABREU, MARQUES e DINIZ 2020, p.4).

Existe ainda em torno desse cenário o mito de que a mulher ocupa-se do trabalho doméstico porque não trabalha fora, mas o que há na realidade é um acúmulo de jornadas de trabalho as quais denominamos de intensas, extensas e

⁶ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) contínua (2019, p.9) expressam de maneira objetiva tais funções: Enquanto as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais a afazeres e/ou cuidados, os homens dedicaram 10,9 horas. A Região Nordeste teve a maior diferença de horas entre homens e mulheres (em média 11,5 horas) e a Região Norte, a menor (8,5 horas).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



intermitentes, na qual as mulheres supostamente “conciliam” trabalho remunerado com o não remunerado, como aponta dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2020)⁷, a qual explicita que a necessidade de conciliação faz com que sejam dedicadas menos horas ao trabalho remunerado, fazendo com que as mulheres recebem salários inferiores aos homens.

3.2 As diversas faces da precarização do trabalho das mulheres negras

De acordo com o IBGE (2022, p.3), no ano de 2021 “o rendimento médio mensal de pessoas ocupadas brancas (R\$3.099) foi bastante superior ao de pretas (R\$ 1.764) e pardas (R\$ 1.814)”. Já em relação ao ano de 2022, dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), apontou que o homem branco mantém a vantagem salarial sobre os demais indivíduos que compõem a pirâmide social. Tais dados, nos apresenta ainda que a mulher negra no ano de 2022 recebia o equivalente a 46,3% do salário do homem não negro, não atingindo sequer metade do valor.

Desde o período colonial o país se fundamentou na escravização de raças, a qual o homem branco considerando-se “evoluído”, sequestrou, traficou, comercializou, feriu e matou aqueles considerados “selvagens”. Dessa forma, restava ao negro e em maior evidência, a mulher negra, a subalternidade, sujeição e a salubridade. Era obrigada a atender os desejos do “dono” e as “necessidades” da “dona”, engravidava de seus senhores como máquinas criadoras de mão de obra, mas não os/as criavam, ou via-lhes crescer, isso se fazia com os/as filhos/as das sinhás, amamentava, limpava, ensinava-lhes brincadeiras ou mesmo sobre a vida. A negra, escravizada ou não, não era vista como mulher, era máquina, era objeto, como bem evidenciou Sojourner Truth em seu discurso *Women’s Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851:

⁷ Dados referente a pesquisa TRAJETÓRIAS DA INFORMALIDADE NO BRASIL CONTEMPORANEO. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/07/Trabalho-e-informalidade-web_final.pdf.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher?

As mulheres negras há muitas gerações, tentam superar a realidade de uma sociedade racista, machista e patriarcal, que as colocam em épocas de carnaval, como destacado por Gonzales (1984), como a rainha, a deusa da beleza, hiperssexualizada e fomentadora da ideia de democracia racial, entretanto quando passada a época do brilho é essa mesma mulher que retorna ao lugar de faxineira, copeira, cozinheira, porque parece impensável uma mulher preta ocupando espaços que socialmente demonstram poder.

A inserção da mulher negra em trabalhos precarizados nos serve de objeto de provocação reflexiva acerca do trabalho formal e informal. Quantas mulheres, em grande maioria pretas, têm a sobrevivência de si e suas famílias mediante trabalhos informais e sem qualquer proteção social? Porém, essa informalidade que lhes sustenta, também é aquela que não lhe dá acesso a direitos, à medida que “os direitos trabalhistas se voltavam exclusivamente para o trabalhador assalariado produtivo, ou seja, os homens” Abreu, Queiroz e Diniz (2020, p.10).

Em pesquisa realizada em 2020 pelo DIEESE, 504 mil mulheres se tornaram desempregadas, a taxa subiu 3,2 pontos percentuais, enquanto entre as mulheres brancas o aumento foi de 2,9 pontos percentuais. A maioria das mulheres negras estão inseridas no trabalho doméstico, sem vínculo formal, e estas foram as mais afetadas durante o período pandêmico, 1,2 milhões se viram desempregadas tendo que recorrer a procura de outros trabalhos.

Ainda que a informalidade perpassa o trabalho dos homens e mulheres na realidade brasileira, a intensificação desse quadro atinge em sobremaneira as mulheres negras, que continuam, conforme exposto, apresentando a taxa mais elevada, ultrapassando, inclusive, a média nacional, como demonstram os dados do PNAD (contínua) (2021, *apud* Feijó 2022) “No 1º tri de 2022 43,3% das mulheres

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



negras ocupadas estavam em postos de trabalho informais, taxa superior à média nacional (40,1%), dos homens brancos/amarelos (34,8%) das mulheres brancas e amarelas (32,7%)”.

A mulher negra é a maior representatividade nos postos de trabalho informal, estando principalmente na categoria de empregada doméstica. É importante ressaltar que uma mulher só é considerada empregada doméstica com o devido vínculo empregatício, se trabalhar no mínimo 2 vezes na semana naquele mesmo local, do contrário não é configurado relação trabalhista, muitos patrões aproveitam-se dessa legislação para negação de direitos. As mulheres são a maioria nessa categoria ocupando 92% dos cargos e destas, 65% são negras, a maioria tem idade superior a 40 anos e renda menor que um salário mínimo, segundo dados do IBGE 2022, somam-se 4,3 milhões de pessoas nessa condição sem carteira assinada.

Se compararmos dados do IBGE em 2019 e 2022, podemos notar uma diminuição nos números de mulheres trabalhadoras com e sem carteira assinada e nas que contribuíram para a previdência social. Em 2019, 27% trabalhavam com carteira assinada, o equivalente a 1,5 milhão, e 73% sem carteira assinada, ou seja, 4,2 milhões. No ano de 2021 esses dados se alteram para 24% com carteira assinada, 1,2 milhão e 76% sem carteira assinada, equivalente a 4,0 milhão. 3,4 milhões dessas mulheres são negras e 1,8 milhão são mulheres não negras. Estabelecendo novamente relação comparativa, temos que em 2019, 37,2% contribuíram para a Previdência Social, correspondente a 2,1 milhões, em 2021 esses dados diminuíram para 33,7%, o que equivale a 1,8 milhão. A diferença salarial também é um dado importante quando a renda média de mulheres negras com carteira assinada é de 1.319 reais e as mulheres não negras recebem em média 1.372 reais, uma diferença de 53 reais. Já os dados de renda média sem carteira assinada é de 743 para mulheres negras e 920 reais para as não negras, uma diferença de 177 reais. Para além das disparidades salariais, é importante ressaltar o tempo de permanência nesses trabalhos, 32,3% dessas mulheres não permanecem por um ano de trabalho,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



um número alarmante se pensarmos que somente 14,8% conseguem permanecer mais que 5 anos.

A herança do racismo no Brasil foi gerada por mais de três séculos de escravidão. O espaço/tempo entre 1501 e 1870 continua marcando nossa história até os dias atuais. É sem dúvidas um importante modelador da nossa constituição social, bem como para as persistentes desigualdades, discriminações e violências vivenciadas pela população negra e parda. Cabe ressaltar que a sub-representação dessa população não se esgota no âmbito do trabalho, se estende a todos os setores da vida social, política, educacional e econômica, este último pode ser comprovado a partir dos dados da pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” do IBGE (2020) que apontou que 75,2% dos pretos e pardos encontram-se entre os 10% com menores rendimentos per capita no País.

4 CONCLUSÃO

Conforme os dados coletados e à luz das categorias que fundamentam as reflexões foi possível concluir que as mulheres negras ao longo da história foram marginalizadas e violentadas das mais diversas formas, sendo submetidas a trabalhos insalubres e subalternizados, realizando jornadas de trabalho extensiva e intensivas para garantir sua sobrevivência e de sua família, recebendo salários inferiores que os homens e mulheres brancas.

As trabalhadoras negras são historicamente impelidas a ocupações marginalizadas pela condição de vulnerabilidade decorrente do entrecruzamento de classe, raça e gênero. O resultado desta condição se expressa nos indicadores de grande contingente de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico, com baixos salários e um alto grau de informalidade.

Este padrão de inserção produz efeitos significativos sobre as práticas discriminatórias retroalimentando imagens e estereótipos na manutenção de guetos ocupacionais para essa população. Por essa razão faz-se necessário avançar para além da tese do enclausuramento da população negra nos postos de trabalho

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



manuais, informais, desqualificados e pouco remunerados exclusivamente como uma “herança arcaica da escravidão”.

Trata-se, porém, de uma relação de poder profundamente imbricada nas demais determinações estruturais de desigualdade em uma organicidade produzida e reproduzida cotidianamente. O estudo acerca da inserção das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro permitiu identificar que o ponto de intersecção onde se localizam as trabalhadoras negras redundava em uma dupla desvantagem: o determinante de gênero incide principalmente sobre as resistências no acesso e permanência no trabalho, enquanto o determinante de raça recai predominantemente sobre a qualidade da inserção de modo a perpetuar indicadores de informalidade e precariedade.

Apesar de na atualidade termos uma maior visibilidade social e alguns avanços em torno destas problemáticas, podemos inferir mediante os dados expostos, que as mulheres negras continuam sendo o alvo preferencial de violências e discriminações, sendo este segmento o que tem mais dificuldade de acesso aos seus direitos, podendo, inclusive serem revitimizadas ao tentar acessá-los, tendo suas dores amenizadas ou invalidadas, fruto do racismo e patriarcado estruturais que fundamentam a sociedade brasileira.

O racismo e a discriminação estão consolidados na nossa sociedade, na forma que o Estado organiza suas relações de poder, de tal forma que há uma naturalização. Com base no esforço e manutenção dos privilégios da branquitude, é que o racismo estrutural se solidifica e perpassa todo o inconsciente coletivo, podendo ser observado nas relações pessoais, nas desigualdades, no acesso às políticas públicas e aos direitos sociais. Sendo o racismo um dos fatores estruturantes da nossa sociedade, as mulheres negras ao serem perpassadas também pelo sexismo, é o grupo que sofre mais com a discriminação e violência.

REFERÊNCIAS

ABREU DE OLIVEIRA, F.; MARQUES DE QUEIROZ, F.; DINIZ, M. I. **Divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres no contexto da pandemia da Covid 19.**

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Revista Inter-Legere, [S. l.], v. 3, n. 28, p. c21486, 2020. DOI: 10.21680/1982-1662.2020v3n28ID21486.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo. Pólen, 2019.

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **As 820 mil vidas sob a tutela do Estado**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/20-anuario-2022-as-820-mil-vidas-sob-a-tutela-do-estado.pdf>. Acesso em: 01/06/2023.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DIEESE. **Brasil: A inserção das mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo. 3º trimestre 2019 e de 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html>. Acesso em: 20/05/2023.

DIEESE. **A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho**. São Paulo. Novembro, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/boletimPopulacaoNegra2022.html>. Acesso em: 27/04/2023.

FEDERICI, Silvia. **O ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax – São Paulo: Elefante, 2019.

FEIJÓ, Janaina. **A participação das mulheres negras no mercado de trabalho**. In: FGV IBRE. Julho, 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 28/04/2023.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, n.92/93: 69–82, 1988.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. In: **Cadernos de Pesquisa**. v.37, n.132, p.595 a 609, set/dez 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas . Informação demográfica e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

socioeconômica Nº 41. ISBN 978-85-240-4513-4. IBGE, 2019. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2ª ed. Nº48, ISBN 978-85-240-4547-9. IBGE, 2022. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica Nº 38. ISBN 978-65-87201-51-1 IBGE, 2021. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf

NOGUEIRA, Leonardo. As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista. In: Leonardo Nogueira, Erivan Hilário, Thaís Terezinha Paz e Kátia Marro (orgs.). **Hastemos a bandeira colorida – diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO Contínua (PNAD Contínua). **Outras Formas de Trabalho 2019**. IBGE. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo. 2a ed. - Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. Diferença ou indiferença? Gênero, raça/etnia e classe social. In: ADORNO, Sergio (org.) **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. POA: PPGS/UFRGS, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de Gênero** – lugar da práxis na construção da subjetividade. Lutas Sociais, nº 2, PUC/SP, 1997, pp.59-79.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976. 384p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVEIRA, Clara Maria Holanda; COSTA, Renata Gomes de. **Patriarcado e Capitalismo: Binômio Dominação-Exploração nas Relações de Gênero**. 2012.

PROMOÇÃO



APOIO

